



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TREN SURB

Empresa Pública - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

**DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

Porto Alegre, 16 de Abril de 2020

1

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE - TRENSURB**

Relatório de revisão do auditor independente

**Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020**

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB** ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 a demonstrações financeiras intermediárias, as divulgações e os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e aquelas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentadas para refletir a correção na classificação dos estoques de peças sobressalentes dos trens para o ativo imobilizado; registrar o reconhecimento das depreciações correspondentes a esses itens, e eliminar da demonstração dos fluxos de caixa, os ingressos de Recursos de subvenção do tesouro nacional, com o objetivo de adequar esses efeitos naquelas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A demonstração intermediária do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de fevereiro de 2020, sem modificação.

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras intermediárias, da **Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB**, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de maio de 2019, sem modificação.

Porto Alegre - RS, 31 de agosto de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC RS-005519/F 0



Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - RS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em Reais)

		ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		31/03/2020	31/12/2019 reapresentado	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	254.124.089	236.834.247	16	25.879.573	24.387.349
Créditos a receber	2.390.191	2.301.701		378.528	346.311
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento	7.287.576	6.298.754		3.861.878	4.144.290
Adiantamento de férias e débitos de empregados	4.105.778	3.813.179		728.928	668.976
Adiantamento de fornecedores	1.942	1.942	17	14.839.842	14.138.923
Direitos a receber	305.940	275.931	18	2.474.752	1.756.463
Impostos a recuperar	346.698	347.232	19	1.171.331	998.137
Estoques	19.222.568	19.933.790		92.191	92.193
Despesas do exercício seguinte	364.337	348.304	27c	281.333	370.314
	288.149.120	270.155.081		49.688.355	46.902.955
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicação em títulos e valores mobiliários	675	675	20a	121.308.804	123.840.589
Depósitos judiciais	21.581.314	20.988.399	20b	22.809.781	19.762.532
Débitos de empregados	212.729	212.729	14c	18.213.518	18.496.739
Garantias à Juízo	36.660.812	35.448.285	22a	34.280.496	33.936.588
Penhora s/ receita própria	880.642	519.036	27c	1.820.711	1.820.711
	59.336.172	57.169.127		198.433.310	197.857.160
Investimentos em participações societárias			21a	2.014.563.144	2.014.563.144
Imobilizado	22.696	22.696	22a	30.038.933	27.906.441
Intangível	1.327.893.416	1.339.143.787	14c	35.355.422	35.905.205
	4.752.148	5.036.387	21b	(647.925.615)	(651.607.828)
	1.332.668.260	1.344.202.870		1.432.031.884	1.426.766.962
	1.392.004.431	1.401.371.996			
TOTAL DO ATIVO	1.680.153.551	1.671.527.077		1.680.153.551	1.671.527.077
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	1.680.153.551	1.671.527.077		1.680.153.551	1.671.527.077

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2020	31/03/2019 reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	23	36.315.172	36.394.489
Custo dos serviços prestados	24	(62.274.019)	(62.132.994)
PREJUÍZO BRUTO		(25.958.846)	(25.738.505)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(18.758.312)	(18.685.605)
Outras receitas e despesas		(471.660)	106.106
Condenações Trabalhistas		(60.635)	(745.984)
Provisão/reversão ações trabalhistas	20a	2.324.060	(992.736)
Provisão/reversão ações cíveis	20b	(3.068.013)	1.346.333
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		332.928	498.493
		(19.229.972)	(18.579.499)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(45.188.818)	(44.318.004)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		5.005.411	(1.558.539)
Receitas financeiras		5.349.440	3.441.829
Despesas financeiras	22a	(344.029)	(5.000.368)
SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	22b	43.761.545	59.654.443
RESULTADO OPERACIONAL		3.578.137	13.777.900
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.578.137	13.777.900
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	26	(728.928)	(2.902.254)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.849.209	10.875.646
Lucro por ação do capital social		0,0003	0,0015

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019 reapresentado</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>2.849.209</u>	<u>10.875.646</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	<u><u>2.849.209</u></u>	<u><u>10.875.646</u></u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	(Valores expressos em Reais)				
	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.673.424.165	38.623.191	-	(695.658.493)	1.016.388.863
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(76.604.125)	(76.604.125)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 ajustado	1.673.424.165	38.623.191	-	(772.262.618)	939.784.738
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	22.899.914	-	22.899.914
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	(679.502)	-	11.905.195	11.225.693
Lucro líquido do período	-	-	-	10.875.646	10.875.646
Ajuste avaliação patrimonial	-	(679.502)	-	1.029.549	350.047
Realização da reserva do custo atribuído	-	(1.029.549)	-	1.029.549	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	350.047	-	-	350.047
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2019 - reapresentado	1.673.424.165	37.943.688	22.899.914	(760.357.423)	973.910.344
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - reapresentado	2.014.563.144	35.905.205	27.906.441	(651.607.828)	1.426.766.962
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	2.132.492	-	2.132.492
Total dos resultados abrangentes	-	(549.783)	-	3.682.213	3.132.430
Lucro líquido do período	-	-	-	2.849.209	2.849.209
Ajuste avaliação patrimonial	-	(549.783)	-	833.004	283.221
Realização da reserva do custo atribuído	-	(833.004)	-	833.004	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	283.221	-	-	283.221
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2020	2.014.563.144	35.355.422	30.038.933	(647.925.615)	1.432.031.884

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2020	31/03/2019 reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.849.209	10.875.646
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		13.073.603	12.117.385
Baixa de bens do ativo imobilizado		1.364	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	22a	343.908	4.998.102
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	20	743.953	(353.597)
Provisão para IRPJ e CSSL	26	728.928	2.902.254
		17.740.964	30.539.790
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(88.490)	(633.722)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(988.822)	(6.283.542)
Estoques		711.222	(958.444)
Tributos e Contribuições a Recuperar		534	62.017
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(2.167.046)	(1.191.704)
Demais contas de Ativo		(338.641)	(506.811)
		(2.871.243)	(9.512.206)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		1.492.224	2.784.725
Impostos e taxas a recolher		26.382	73.013
Contribuições sociais a recolher		(276.577)	215.324
IRPJ/CSSL a Pagar		(668.976)	(209.479)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		700.919	1.076.622
Credores por convênios e depósitos		898.119	3.884.609
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		(115.617)	(835.434)
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(228.489)	(148.366)
		1.827.985	6.841.014
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		16.697.706	27.868.598
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(1.540.356)	(1.056.805)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(1.540.356)	(1.056.805)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital		2.132.492	2.880.340
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		2.132.492	2.880.340
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.289.843	29.692.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	236.834.247	131.974.827
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período	5	254.124.089	161.666.960

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em Reais)

	31/03/2020	31/03/2019 reapresentado
Receita de prestação de serviços	35.511.035	35.537.765
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	886.101	944.049
Outras receitas e despesas (líquidas)	426.929	506.413
Provisões trabalhistas e cíveis	(743.953)	353.597
	36.080.113	37.341.823
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(1.292.183)	(3.707.926)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(24.781.397)	(23.562.436)
	(26.073.580)	(27.270.361)
VALOR ADICIONADO BRUTO	10.006.533	10.071.462
Depreciação e amortização	(13.073.603)	(12.117.385)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(3.067.070)	(2.045.923)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	43.761.545	59.654.443
Receitas financeiras	5.349.440	3.441.829
	49.110.984	63.096.272
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	46.043.915	61.050.349
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	46.043.915	61.050.349
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	29.174.855	29.343.802
Benefícios	5.914.480	5.557.086
FGTS	2.360.378	2.332.566
	37.449.713	37.233.453
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	4.940.595	7.395.146
Estaduais	37.004	28.802
Municipais	3.066	13.293
	4.980.665	7.437.241
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	121	2.266
Aluguéis	420.298	503.641
	420.420	505.906
Juros sobre adiantamento de capital	343.908	4.998.102
Lucro líquido do período retido	2.849.209	10.875.646

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE – TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (REAPRESENTADO)

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas, e estão sendo apresentadas para os períodos de três meses findo em 31 de março de 2020, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 31 de Agosto de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos por venda de serviços (Nota 6), realização dos estoques (Nota 11), imposto de renda e contribuição social (Nota 26), realização do IR/CS diferidos (Nota 14), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 27) e provisão para contingências trabalhistas e cíveis (nota 20) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de março de 2020 e 2019, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 5), créditos a receber (Nota 6), subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 7), direitos a receber (Nota 9) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para fornecedores (Nota 16), adiantamento de clientes (Nota 18), credores por convênios (Nota 19), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 22).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perda esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos correntes também incluem qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. REAPRESENTAÇÃO

A Companhia realizou reclassificação de itens sobressalentes dos trens, do grupo de estoque de materiais no ativo circulante para o grupo do ativo imobilizado no ativo não circulante, Eliminou movimento do fluxo de caixa a variação de Recursos de subvenção do tesouro nacional, o que não refere-se a um movimento de caixa e registrou depreciação de bens do imobilizado com efeito retroativo, conforme divulgado a seguir. Os impactos dessa reclassificação estão apresentados na coluna "Ajuste/Reclassific." no balanço patrimonial contido nessa nota. Observando as disposições da NBC –TG 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros).

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	Ref.	31/12/2019 originalmente apresentado	Ajustes / reclassific.	31/12/2019 reapresentado
ATIVO CIRCULANTE				
Estoque	(I)	31.483.402	(11.549.613)	19.933.790
Outros ativos circulantes		250.221.290	-	250.221.290
		281.704.692	(11.549.613)	270.155.080
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	(I)	1.327.594.174	11.549.613	1.339.143.787
Outros ativos não circulantes		62.228.210	-	62.228.210
		1.389.822.384	11.549.613	1.401.371.997
TOTAL DO ATIVO		1.671.527.076	-	1.671.527.077
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE	Ref.	31/12/2019 originalmente apresentado	Ajustes / reclassific.	31/12/2019 reapresentado
Passivos circulantes		46.902.955	-	46.902.955
		46.902.955	-	46.902.955
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Passivos não circulantes		197.857.160	-	197.857.160
		197.857.160	-	197.857.160
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio líquido		1.426.766.962	-	1.426.766.962
		1.426.766.962	-	1.426.766.962
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.671.527.077	-	1.671.527.077
Demonstração de resultado do período de 3 meses findo em 31/03/2019				
	Ref.	Originalmente Apresentado 31/03/2019	Ajustes / Reclassific. 31/03/2019	Reapresentado 31/03/2019
Custos dos serviços prestados	III	(61.397.526)	(735.468)	(62.132.994)
Demais receitas e despesas		73.008.640	-	73.008.640
Lucro líquido do período		11.611.114	(735.468)	10.875.646

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref.	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2019 (Originalmente apresentado)		1.673.424.165	37.943.688	22.899.913	(683.017.829)	1.051.249.937
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(76.604.125)	(76.604.125)
Resultado do período	III	-	-	-	(735.468)	(735.468)
Saldos em 31 de março de 2019 (Reclassificado)		1.673.424.165	37.943.688	22.899.913	(760.357.422)	973.910.344

Demonstração dos resultados abrangentes do período de 3 meses findo em 31/03/2019	Ref.	Originalmente Apresentado 31/03/2019	Ajustes/ Reclassific. 31/03/2019	Reapresentado 31/03/2019
Lucro líquido do período	III	11.611.114	(735.468)	10.875.646
Lucro líquido do período		11.611.114	(735.468)	10.875.646
Outros resultados abrangentes		1.029.549	(1.029.549)	-
Resultado abrangente do período		12.640.663	(1.765.017)	10.875.646

Demonstração dos fluxos de caixa	Ref.	Originalmente Apresentado 31/03/2019	Ajustes/ Reclassific. 31/03/2019	Reapresentado 31/03/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período	III	11.611.114	(735.468)	10.875.646
Ajustado por:				
Depreciações e amortizações	III	11.381.917	735.468	12.117.385
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	II	(59.654.443)	59.654.443	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	II	59.654.443	(59.654.443)	-
Demais fluxos de caixa		6.699.102	-	6.699.102
		29.692.133	-	29.692.133
Saldo inicial de Caixa e equivalentes		131.974.827	-	131.974.827
Saldo final de Caixa e equivalentes		161.666.960	-	161.666.960
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes		11.611.114	(735.468)	10.875.646

Demonstração do Valor Adicionado	Ref.	Originalmente Apresentado 31/03/2019	Ajustes/ Reclassific. 31/03/2019	Reapresentado 31/03/2019
Depreciação, amortização e exaustão	III	(11.381.917)	(735.468)	(12.117.385)
Outros valores adicionados a distribuir		73.167.734	-	73.167.734
Valor adicionado a distribuir		61.785.817	(735.468)	61.050.349
Distribuição do valor adicionado				
Resultado retido	III	11.611.114	(735.468)	10.875.646
Outros valores adicionados a distribuir		50.174.703	-	50.174.703
Valor adicionado distribuído		61.785.817	(735.468)	61.050.349

- I) Reclassificação de itens sobressalentes dos trens, do grupo de estoque de materiais no ativo circulante para o grupo do ativo imobilizado no ativo não circulante, para melhor apresentação.
- II) Exclusão do movimento de ingressos de recursos e Subvenção do Tesouro Nacional para melhor apresentação.
- III) Registro de depreciações de bens do ativo imobilizado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
Caixa	18.000	18.000
Valores em trânsito	676.800	1.037.965
Aplicações de liquidez imediata	253.429.289	235.778.282
	254.124.089	236.834.247

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acréscidas de rendimentos no período.

6. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>reapresentado</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	1.298.639	1.167.676
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.449.470	1.491.943
Provisão para risco de crédito	(357.918)	(357.918)
	<u>2.390.191</u>	<u>2.301.701</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito conforme a seguir:

Saldo Inicial Período	357.918
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo Final Período	<u>357.918</u>

7. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

8. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS

	<u>31/03/2020</u>		<u>31/12/2019</u> <u>reapresentado</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	2.528.412	-	3.573.976	-
Adiantamento de 13º salário	1.351.891	-	-	-
Adiantamento por insuficiência de saldo (a)	103.550	-	144.005	-
Plano de Saúde (b)	72.924	212.729	25.655	212.729
Débitos de empregados	49.001	-	69.543	-
	<u>4.105.778</u>	<u>212.729</u>	<u>3.813.179</u>	<u>212.729</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. A conta de adiantamento de suficiência de saldo está deduzida da provisão para risco de crédito conforme a seguir:

Saldo no início do período	144.005
Pagamentos	310.272
Recebimentos	(308.266)
Provisão	(42.461)
Saldo no final do período	<u>103.550</u>

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de conforme a seguir:

Saldo no início do período	238.384
Pagamentos	61.890
Recebimentos	(14.621)
Provisão	-
Saldo no final do período	285.653

9. DIREITOS A RECEBER

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
Convênio Pessoal Cedido	10.874	7.192
Depósitos e Cauções	41.297	41.179
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	95.845	69.636
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	<u>305.940</u>	<u>275.931</u>

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como perda remota e R\$ 32.801 classificado como perda possível, pela área jurídica da Companhia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
PASEP/COFINS	839	839
CSLL	-	64
ICMS	345.859	345.859
IRRF	-	470
	<u>346.698</u>	<u>347.232</u>

11. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
Material de TUES e Veículos	11.521.292	11.898.510
Material da Via Permanente	3.404.348	3.561.268
Sistemas operacionais	3.450.436	3.639.409
Materiais de expediente e administrativos	846.492	834.603
	<u>19.222.568</u>	<u>19.933.790</u>

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
Depósitos Judiciais Cíveis	22.722	22.385
Depósitos Judiciais Trabalhistas	21.306.890	20.714.312
Processos Judiciais - Recursos Próprios	251.702	251.702
	<u>21.581.314</u>	<u>20.988.399</u>

13. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 880.642 (R\$ 519.038 em 31 de dezembro de 2019) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no período representam o valor de R\$ 36.660.812 (R\$ 35.448.285 em 31 de dezembro de 2019).

14. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Vida Útil (anos)	31/03/2020			31/12/ 2019
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	reapresentado
Terrenos	-	41.918.379	-	41.918.379	41.918.379
Edificações, estações e depósitos	25,00	263.529.440	(68.466.941)	195.062.499	196.333.085
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(69.316.135)	97.718.179	98.540.701
Via permanente	33,33	604.946.676	(120.931.208)	484.015.468	487.082.140
Sistemas operacionais	11,11	324.608.393	(132.449.894)	192.158.499	194.580.026
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	367.867.486	(123.124.867)	244.742.619	246.936.124
Veículos rodoviários	3,03	2.106.839	(1.043.594)	1.063.245	1.094.182
Equip. processamento de dados	4,55	6.196.273	(4.733.505)	1.462.768	1.569.822
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	57.301.000	(43.323.516)	13.977.484	14.768.360
Instalações	9,09	29.584.372	(9.050.737)	20.533.635	21.069.810
Móveis e utensílios	10,00	9.605.104	(6.742.054)	2.863.050	2.931.957
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.091.449	(9.553.002)	4.538.447	4.621.100
Imobilizado em curso	-	16.226.491	-	16.226.491	16.085.448
Import. em andamen.	-	63.040	-	63.040	63.040
Almojarifado de bens imobilizados	-	11.549.613	-	11.549.613	11.549.613
		1.916.628.869	(588.735.453)	1.327.893.416	1.339.143.787

b) Movimentação do Imobilizado

Custo corrigido	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2020
	reapresentado				
Terrenos	41.918.379	-	-	-	41.918.379
Edificações, estações e depósitos	263.408.686	-	-	120.754	263.529.440
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	323.669.993	938.400	-	-	324.608.393
Veículos ferroviários/aeromóvel	367.867.486	-	-	-	367.867.486
Veículos rodoviários	2.106.839	-	-	-	2.106.839
Equip. processamento de dados	6.840.587	11.698	(656.012)	-	6.196.273
Equipamentos, máquinas e instrumentos	57.291.988	9.012	-	-	57.301.000
Instalações	29.584.372	-	-	-	29.584.372
Móveis e utensílios	9.523.646	84.849	(3.391)	-	9.605.104
Benfeitorias em bens de terceiros	14.091.449	-	-	-	14.091.449
Imobilizado em curso	16.085.448	261.797	-	(120.754)	16.226.491
Importações em andamento	63.040	-	-	-	63.040
Almojarifado de bens imobilizados	11.549.613	-	-	-	11.549.613
TOTAL IMOBILIZADO CUSTO	1.915.982.516	1.305.756	(659.403)	-	1.916.628.869

	31/12/2019 reapresentado	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2020
Edificações, estações e depósitos	(67.075.601)	(1.391.340)	-	-	(68.466.941)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(68.493.613)	(822.522)	-	-	(69.316.135)
Via permanente	(117.864.536)	(3.066.672)	-	-	(120.931.208)
Sistemas operacionais	(129.089.967)	(3.359.927)	-	-	(132.449.894)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(120.931.362)	(2.193.505)	-	-	(123.124.867)
Equip. processamento de dados	(5.270.765)	(10.108)	547.368	-	(4.733.505)
Equipamentos, máquinas e instrumentos	(42.523.628)	(799.888)	-	-	(43.323.516)
Veículos rodoviários	(1.012.657)	(30.937)	-	-	(1.043.594)
Instalações	(8.514.562)	(536.175)	-	-	(9.050.737)
Móveis e utensílios	(6.591.689)	(150.365)	-	-	(6.742.054)
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.470.349)	(82.653)	-	-	(9.553.002)
TOTAL DEPRECIÇÃO	(576.838.729)	(12.444.092)	547.368	-	(588.735.453)
TOTAL IMOBILIZADO	1.339.143.787	(11.138.336)	(112.035)		1.327.893.416

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01 de janeiro de 2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de 3 meses findo em 2020 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 833.004 referente a depreciação e no valor de R\$ 283.221 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 35.355.422 (R\$ 35.905.205 em 31 de dezembro de 2019) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 18.213.518 (R\$ 18.496.739 em 31 de dezembro de 2019).

d) A Administração da Companhia através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 29 de dezembro de 2019, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”), conforme dispõe NBC TG 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 333.498.061 em 31 de março de 2020.

15. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível

Contas	Taxa média amortização (%)	31/03/2020			31/12/2019 reapresentado
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.728.958	(9.352.610)	3.376.348	3.660.587
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.135.630	(9.383.482)	4.752.148	5.036.387

e) Movimentação do Intangível

	31/12/2019 reapresentado	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2020
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.494.357	234.601	-	-	12.728.958
Outras despesas de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	13.901.029	234.601	-	-	14.135.630

	31/12/2019 reapresentado	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2020
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(8.833.770)	(518.840)	-	-	(9.352.610)
Outras despesas de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(8.864.642)	(518.840)	-	-	(9.383.482)
TOTAL INTANGÍVEL	5.036.387	(284.240)	-	-	4.752.148

16. FORNECEDORES

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
Fornecedores Nacionais		
Aquisições Trens	13.225.761	12.961.073
Sist. de energia e comun.	2.461.768	4.084.551
Prestação de serviços	3.636.883	146.134
Energia Elétrica	3.019.225	3.336.312
Gastos gerais	3.535.936	3.859.279
	25.879.573	24.387.349

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/03/2020	31/12/2019 reapresentado
Férias e Encargos	14.782.641	14.086.497
Outras Obrigações Trabalhistas	57.201	52.426
	14.839.842	14.138.923

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>reapresentado</u>
Credores p/ Venda Créditos	1.155.540	991.022
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	1.258.232	718.961
Adiantamento Clientes Comerciais	60.980	46.480
	<u>2.474.752</u>	<u>1.756.463</u>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

19. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>reapresentado</u>
Convênios SESI/SENAI	94.867	75.409
Assistência Saúde	654.043	545.769
Credores Diversos	422.421	376.959
	<u>1.171.331</u>	<u>998.137</u>

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 31 de março de 2020, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 119.300.650 (R\$ 121.990.584 em 31 de dezembro de 2019) para ações de empregados e de R\$ 2.008.154 (R\$ 1.850.005 em 31 de dezembro de 2019), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>reapresentado</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	123.840.589	195.200.848
(+) Provisão	-	8.366.341
(-) Reversão	(2.324.060)	(19.125.577)
(-) Pagamentos	(207.725)	(60.601.023)
Saldo no final do período	<u>121.308.804</u>	<u>123.840.589</u>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31 de março de 2020 compõe-se de R\$ 71.443.402 (R\$ 73.346.898 em 31 de dezembro de 2019) sendo ações de empregados R\$ 65.453.548 e R\$ 5.989.854 ações de empregados de empresas terceirizadas.

Compõe o saldo da provisão em 31 de março 2020 o valor de 6 milhões referente ao valor não homologado do processo nº 0054500-36.1999.5.04.0027, que tem como objeto as diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994. O valor de R\$ 57.457.825 já homologado (período de 1994 a 2017), foi pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo classificado pela área jurídica como remota as possibilidades de eventual provimento dos embargos.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 meses findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está composta como segue:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>reapresentado</u>
		<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	19.762.532	24.862.823
(+)Provisões	3.068.013	-
(-)Reversões	-	(4.996.503)
(-)Pagamentos	(20.764)	(103.788)
Saldo no final do período	<u>22.809.781</u>	<u>19.762.532</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31 de março de 2020 é de R\$ 11.947.400 (R\$ 17.160.601 em 31 de dezembro de 2019). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<u>Composição Acionária em</u>	<u>31/03/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
<u>Acionista</u>				
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	9.531.343.524	100,0000	9.531.343.524	100,0000

Em reunião de Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2019 ocorreu a homologação do aumento de capital no montante de R\$ 341.138.979, equivalente a 2.412.474.647 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, que foram subscritas na sua totalidade, pela União. O valor do Capital Social da Companhia é de R\$ 2.014.563.145 (R\$ 2.014.563.145 em 31 de dezembro de 2019).

b) Prejuízos acumulados

O Saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 647.925.615 (R\$ 651.607.828 em 31 de dezembro de 2019). O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 116.536.630 absorveu prejuízos acumulados em conformidade ao art. 189 da Lei 6.404/76.

22. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social e classificados no Passivo Não Circulante no total de R\$ 34.280.496 em 31 de março de 2020 (R\$ 33.936.588 em 31 de dezembro de 2019). O resultado da atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 343.908 (R\$ 4.998.102 em 31 de março de 2019).

Os recursos recebidos a partir de 01 de janeiro de 2017 não sofrem atualização e estão classificados no Patrimônio Líquido - Adiantamento para Aumento de Capital no total de R\$ 30.038.933 em 31 de março de 2020 (R\$ 27.906.441 em 31 de dezembro de 2019).

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 meses findo em 31 e março de 2020 foi de R\$ 43.761.545 (R\$ 59.654.443 em 2019) composto a seguir:

Subvenção	31/03/2020	31/03/2019 reapresentado
Pessoal	35.561.676	33.236.520
Sentença	1.782.517	1.938.032
Custeio	6.417.352	24.479.891
	43.761.545	59.654.443

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2020, número 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e fixou a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2020 em R\$ 312.886.508. Deste valor, R\$ 201.651.794 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 111.234.714 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	Lei Orçamentária	Recursos Próprios Fonte 250/280	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	166.586.508	81.651.794	84.934.714
Sentença	26.300.000	-	26.300.000
Custeio	119.000.000	119.000.000	-
Investimento	1.000.000	1.000.000	-
	312.886.508	201.651.794	111.234.714

23. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019 reapresentado</u>
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	35.511.035	35.537.765
Aluguéis, arrendamentos e concessões	886.101	944.049
	<u>36.397.136</u>	<u>36.481.814</u>
Tributos sobre a receita bruta	(81.964)	(87.325)
	<u>(81.964)</u>	<u>(87.325)</u>
RECEITA LÍQUIDA	<u>36.315.172</u>	<u>36.394.489</u>

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019 reapresentado</u>
Pessoal e Encargos	27.188.252	26.677.963
Serviços de Terceiros	11.320.851	10.656.183
Consumo de Materiais	1.222.797	3.553.870
Energia de Tração	8.144.309	7.794.308
Serviços de Utilidade Pública	2.301.750	2.232.695
Depreciação	12.056.877	11.169.677
Outros Custos	39.183	48.298
	<u>62.274.019</u>	<u>62.132.994</u>

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019 reapresentado</u>
Pessoal e Encargos	14.068.008	14.003.479
Serviços de Terceiros	2.190.887	2.159.669
Consumo de Materiais	69.386	154.056
Serviços de Utilidade Pública	474.787	394.382
Depreciação/ Amortização	1.016.726	947.708
Outras Despesas	938.518	1.026.311
	<u>18.758.312</u>	<u>18.685.605</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/03/2020	31/03/2019 reapresentado	31/03/2020	31/03/2019 reapresentado
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	<u>3.578.137</u>	<u>14.513.368</u>	<u>3.578.137</u>	<u>14.513.368</u>
Adições / (Exclusões) permanentes	1.046.327	1.354.366	1.046.327	1.354.366
Adições / (Exclusões) temporárias	(1.481.060)	(3.428.666)	(1.481.060)	(3.428.666)
Lucro Real	<u>3.143.404</u>	<u>12.439.068</u>	<u>3.143.404</u>	<u>12.439.068</u>
(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa - 30%	(943.021)	(3.731.720)	(943.021)	(3.731.720)
Alíquota - 9%	-	-	198.034	783.661
Alíquota - 10%	214.038	864.735	-	-
Alíquota - 15%	330.057	1.306.102	-	-
Total Imposto	<u>544.096</u>	<u>2.170.837</u>	<u>198.034</u>	<u>783.661</u>
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(13.202)	(52.244)	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social do período	<u>530.894</u>	<u>2.118.593</u>	<u>198.034</u>	<u>783.661</u>

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa do plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	31/12/2019 reapresentado
Patrimônio - P	73.896.956
Passivos Atuariais (Valor Presente)	
Benefícios Concedidos - A	34.167.659
Benefícios a Conceder - B	43.527.883
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(4.437.443)
Patrocinadora - C1	(2.175.991)
Participante - C2	(58.462)
Assistidos - C3	(2.202.990)
Total das Provisões - D = A + B + C	73.258.099
Fundo Previdencial - E	122.041
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D - E	516.816
Valor do Ajuste de Precificação = G	1.500
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	518.316

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2019, o plano Trensurb Prev, apresentou um superávit técnico de R\$ 516.816.

A *duration* do plano foi de 10,74 anos no encerramento de 2019. A premissa de juros atuarial foi alterada de 4,50% a.a. para 4,10% a.a. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 9,18% no ano, enquanto a meta atuarial de 2019 (INPC + 4,50%) foi de 9,18%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida.

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.175.991, com prazo remanescente de amortização de 70 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.26/2008.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Risco.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 333.498.061 (R\$ 333.298.061 em 31 de dezembro de 2019).

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

29. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no período de 3 meses findo em 2020 e de 2019 foram como segue:

Parte Relacionada	Contrato	Valor contratual	Valores Rec. 1º trimestre 2020	Valores Rec. 1º trimestre 2019 reapresentado	Valores Pagos 1º trimestre 2020	Valores Pagos 1º trimestre 2019 reapresentado
Caixa Econômica Federal	01.120.031/2013	360.000	-	7.689	-	-
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	62.502	5.647
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	1.813	1.550
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-	-	-
Total		2.390.000		7.689	64.315	7.197

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores</u>	<u>Valores pagos</u>
		<u>pagos até</u> <u>31/03/2020</u>	<u>até 31/03/2019</u> <u>reapresentado</u>
João Manoel da Cruz Simões	Ministério da Economia	-	8.967
Danilo Ferreira Gomes	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	9.137
Silvani Alves Pereira	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	8.534
Reine Antônio Borges	Ministério do Desenvolvimento Regional	14.230	13.639
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	10.060	-
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	5.320	-
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	5.320	-
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	5.320	-

31. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

A Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Novo Corona Vírus (COVID-19), em especial ao mercado brasileiro. Apesar de o novo agente nocivo ("Covid-19") ter sido identificado em Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019, a Administração entende que seus impactos começaram a ser sentidos pela economia brasileira apenas em 2020, não afetando, portanto, suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Até a presente data, a Companhia não possui uma mensuração exata dos possíveis impactos que a nova pandemia pode trazer para a mensuração de seus ativos e passivos em 31 de março de 2020, mas reforça que se mantém empenhada em fornecer condições de segurança aos seus empregados e parceiros, mantendo seus clientes e fornecedores tempestivamente informados de quaisquer medidas que os possam impactar.

32. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

<u>Remuneração</u>	<u>Maior</u>	<u>Menor</u>	<u>Média</u>
Administradores	29.436	24.759	27.010
Empregados	34.553	2.062	8.120

Porto Alegre, 26 de Agosto de 2021.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO
Diretor Presidente
CPF 176.117.840-72

GERALDO LUIS FELIPPE
Diretor de Administração e Finanças
CPF 371.129.910-68

EURICO DE CASTRO FARIA
Diretor de Operações
CPF 335.723.210-34

TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987
CPF 029.422.060-71

JAIR BERNARDO CORREA
Gerência de Orçamento e Finanças
CPF 440.204.900-82